



LEI Nº 2.577, DE 17 DE MARÇO DE 2021

Dispõe sobre sanções a serem aplicadas pelo descumprimento da ordem de vacinação de grupos prioritários estabelecidos conforme fase cronológica definida no Plano Nacional/Estadual de vacinação contra a Covid-19.

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina as penalidades a serem aplicadas pelo não cumprimento da ordem de vacinação dos grupos prioritários, de acordo com a fase cronológica definida no Plano Nacional/ Estadual de imunização contra a Covid-19.

Parágrafo único. São passíveis de aplicação das penalidades administrativas previstas nesta lei, sem prejuízo da cominação e sanções de caráter civil e penal:

- I. O agente público responsável pela aplicação da vacina em desconformidade com o cronograma estabelecido;
- II. O agente público superior hierárquico do agente previsto no inciso I, se comprovada a ordem ou consentimento.

Art. 2º As sanções previstas nesta Lei serão impostas por meio de processo administrativo, nos termos da legislação vigente, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Comprovada a conduta infratora do agente público será aplicada multa de 850 (oitocentos e cinquenta) Unidades Fiscais do Município de Brumadinho - UFB, sem prejuízo das sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Brumadinho.

§ 2º Se o imunizado for agente público a multa será o dobro da prevista no § 2º deste artigo.





§ 3º Nas hipóteses previstas nos §§1º e 2º o agente público deverá ser afastado de suas funções, podendo ao término do processo administrativo ter seu contrato rescindido ou ser exonerado.

§ 4º Nas hipóteses previstas nos §§1º e 3º, sendo o agente público detentor de mandato eletivo, poderá este ser afastado, observados os ritos previstos na legislação.

Art. 3º As penalidades previstas nesta Lei não se aplicam em casos devidamente justificados, nos quais a ordem de prioridade da vacinação não foi observada para evitar desperdício de doses da vacina.

Art. 4º Os valores decorrentes das multas deverão ser recolhidos ao Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Devem ser veiculadas campanhas informativas e de conscientização acerca da importância da vacinação e do respeito à ordem de prioridade estabelecida no Plano Nacional/Estadual de imunização contra a Covid-19.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 20 dias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 17 de março de 2.021.

Avimar de Melo Barcelos
Prefeito Municipal

